

Introdução

No processo de desenvolvimento do presente artigo, partiu-se da discussão sobre inclusão e necessidades especiais, deficiência física e motora, a fim de delimitar uma solução para o problema em que um cadeirante se encontra ao visitar uma biblioteca.

Deficientes físicos são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

O termo acessibilidade tem uma grande amplitude, a tal ponto de não ser aplicada somente às pessoas com deficiência, mas também, a todos aquelas que não se enquadram nesse grupo de seres humanos. Em novembro de 2003, o governo federal baixou a portaria nº 3.284, que determina a garantia de equipamentos e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e eliminação de barreiras arquitetônicas e apoio didático conforme necessidades das pessoas com deficiência – para instruir processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento institucional. Essa determinação legal viria impulsionar outras universidades à criação de espaços acessíveis, condição exigida pelo Ministério da Educação para a validação institucional.

Contudo, ela tem maior consideração para recepção às pessoas com deficiência, sendo que de acordo com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), define: “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Por que é que a acessibilidade é um tema social cada vez mais relevante e presente em nossa sociedade e dentro de uma biblioteca qual seria a solução para que um deficiente físico consiga ter acesso independente? Ao modo que se justifica pelo fato de que as bibliotecas brasileiras, não estão preparadas para receber as pessoas com deficiência, de forma a impedir que possam acessar, permanecer e utilizar os múltiplos espaços de edificações, dos mobiliários, dos elementos do conhecimento literário de uso público e coletivo, como autonomia, segurança, independência e comodidade

Mesmo com tanto reconhecimento dos direitos legais de acessibilidade às pessoas com deficiência, há uma grande discordância entre o direito regulamento e o adquirido de fato. Nota-se que na vida cotidiana das pessoas a observação que a concretização desses princípios não foi ainda superada.

Para tentar minimizar a questão da exclusão da população que carece de necessidades especiais, foram feitas diversas pesquisas relacionadas ao deficiente físico e suas necessidades e, posteriormente, com as problemáticas existentes em seu meio resulta-se em uma solução para o problema encontrado, um produto que os ajudasse com essa dificuldade, um produto que pudesse não o diferenciar de outras pessoas no uso da biblioteca, mas que os colocassem em iguais condições com outros usuários do meio. (GONZALES, 2001).

De acordo com as pesquisas relacionadas ao deficiente físico e suas necessidades e, posteriormente, com as problemáticas existentes em seu meio, foi resultado em uma solução para o problema encontrado, um produto que os ajudasse com essa dificuldade.

O estudo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção é discutida a questão do referencial teórico; Inclusões sociais e deficiência e Dignidades humana cidadania conscientização. A seguir são detalhados os aspectos metodológicos; pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória. Na terceira seção, os resultados e discussões, onde os esforços serão direcionados à solução do problema. Na última seção, são expostas as considerações finais, onde os resultados expostos foram a criação de uma biblioteca acessível.

1. Referencial Teórico

1.1. Inclusões sociais e deficiência

De acordo com Sasski (1998), o termo inclusão é um processo que busca compartilhar com diversos segmentos da sociedade inúmeros serviços, tais como: saúde, educação e trabalho bem como qualquer outro benefício social e cultural. Embora esta situação venha se modificando gradativamente com a conscientização geral sobre os direitos de exercício a cidadania, é preciso que tanto as pessoas surdas, como suas famílias, percebam essas mudanças, de modo que participem deste processo, fazendo parte de procedimentos que proporcionem a inclusão e sua participação ativa no âmbito social.

No processo de desenvolvimento do presente artigo, partiu-se da discussão sobre

inclusão e necessidades especiais, deficiência física e motora, a fim de delimitar uma solução para o problema em que um cadeirante se encontra ao visitar uma biblioteca. O termo acessibilidade tem uma grande amplitude, a tal ponto de não ser aplicada somente às pessoas com deficiência, mas também, a todos aquelas que não se enquadram nesse grupo de seres humanos. (DALLARI, 2004). Contudo, ela tem maior consideração para recepção às pessoas com deficiência, sendo que de acordo com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), define:

Em pleno século XXI, a inclusão social ainda é um tema constante e recorrente, porém dificilmente abordado em vários círculos sociais quando não há contato com pessoas com deficiência, nome genérico que abrange a o tipo de deficiência. A inclusão designa a responsabilidade bilateral de sociedade e cidadão no sentido da justa e efetiva igualdade de condições para o desempenho da cidadania em todas as dimensões, implica em aperfeiçoamento e mudanças permanentes dos dispositivos regentes da organização social para assimilação da diversidade humana (IBDD, 2008)

São consideradas pessoas com deficiência: Pessoas que apresentam a perda irreversível, parcial ou total, de um membro ou função de seu organismo, o que não a impede de, através dos mais variados recursos, levar uma vida normal. Terminologia atualmente utilizada dentro da concepção de que a dimensão pessoal é prioritária em relação à deficiência. (IBDD, 2008). Sendo assim temos como obrigação aprender a lidar com as diferenças, independentes de quais quer que sejam a maioria são conscientes dos problemas enfrentados pelos deficientes e já está na hora de agirmos para que eles possam minimizar suas dificuldades, como por exemplo, tornar um ambiente verdadeiramente acessível e dentro dos padrões de acessibilidade universal. Incluir socialmente pessoas com deficiências é torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade. (BARROS, 2007). Ainda segundo Barros, o conceito de acessibilidade vai muito além das deficiências em si, trata-se de um processo para dar acesso, fazendo com que todos façam parte de uma sociedade em comum, sem discriminação por qualquer diferença. Para isso, existe a ação de inclusão social, que combate a exclusão, de forma que todos façam parte de uma única sociedade.

1.2. Dignidades humana cidadania conscientização

Os direitos humanos são de uma disparidade que cada vez mais se expande, porque dizem respeito a todas as pessoas, a todos os indivíduos, a todos os seres humanos, pelo

simples fato de existirem, cabendo à sociedade e, particularmente ao Estado, efetivá-los. São de interesse de todos, porque estão ligados à dignidade, à igualdade, à liberdade e à inclusão social da pessoa humana. Eles promovem o desenvolvimento de todo e qualquer ser humano, nos mais diferentes setores da vida. A condição de pessoa do ser humano torna-o, conseqüentemente, sujeito de direitos que lhes são próprios, onde o Estado, assim como a sociedade, tem a obrigação de respeitá-los. (CAMARGO, 1994). A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis, aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. (MANIFESTO DA UNESCO, 1994).

CAMARGO(1994) ajudou ao artigo ter uma percepção mais humanizada sobre o tema, e nos *relembra* o fato de que somos totalmente responsáveis por todo o respeito de um cidadão que por sua vez, possui uma deficiência física.

O conceito de dignidade humana é de imensa complexidade, conforme destaca Alexandre Moraes (2003, p. 60). “A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos”.

Nesse sentido, o conceito de dignidade não pode ser relativizado: a pessoa, enquanto tal, não perde sua dignidade quer pôr suas deficiências físicas querem mesmo por seus desvios morais. Com efeito, a ideia de dignidade está na base do reconhecimento dos direitos humanos fundamentais. Só é sujeito de direitos a pessoa humana. (NONATO, 2011)

2. Aspectos Metodológicos

Os métodos qualitativos são úteis quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para suportar a proposição

de questões causais e nos casos em que o fenômeno não pode ser estudado fora do contexto onde naturalmente ocorre. (BONOMA, 1985).

A pesquisa de campo foi fundamental na execução deste projeto, resultando no Estudo de Caso, que também pode ser descrito como “o estudo de eventos dentro de seus contextos na vida real (YIN, 2001, p. 34)”. Este tipo de pesquisa retrata a realidade do tema estudado da maneira mais confiável e sistemática possível, o que não seria possível se o trabalho estivesse restrito apenas ao uso de bibliografias. A pesquisa bibliográfica é uma técnica de coleta de materiais imprescindível em um estudo de caráter acadêmico, pois o relatório de pesquisa pressupõe uma revisão da literatura disponível sobre o tema tratado. Assim, foi realizado um fichamento em arquivos de *Word* do material bibliográfico selecionado, permitindo a evolução das idéias do grupo, a inserção de comentários a partir de conclusões “pós-leitura”, com eventuais adaptações ou comparações entre os conceitos. O conteúdo indica que o pesquisador, após fazer a análise literária, seja capaz de reconhecer e sintetizar partes importantes da obra lida, reconhecer e extrair citações que possam traduzir os conceitos-chave do assunto tratado e fundamentar exercícios de reflexão e análise em que o pesquisador possa estabelecer relações com outras obras consultadas sendo estas de outras fontes ou não e até inferir no momento de redação do relatório final da pesquisa.

O Método Estudo de Caso pode ser utilizado em estudos empíricos que investigam fenômenos atuais e permite realizar uma investigação em profundidade de uma realidade, preservando as características significativas dos eventos da vida real. Este método permite a união de conhecimentos advindos de teorias com experiências práticas e pesquisas de campo. É adequado para investigar fenômenos sociais e baseia-se em várias fontes de evidência para estudar e explicar fenômenos sociais complexos, dentro de seu contexto real (YIN, 2001).

O trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cujos dados foram levantados em fontes bibliográficas, documentais e em entrevistas na cidade de São Paulo. As entrevistas foram realizadas entre os dias 10/04 e 11/04 do ano de 2014. A entrevistada foi escolhida pelo motivo de estarem relacionados, direta ou indiretamente, com o tema. Foi entrevistado uma Fisioterapeuta, que luta pela igualdade Social de deficientes físicos.

Para a definição, buscou-se formular um roteiro de entrevista embasado na teoria descrita anteriormente e entender as necessidades dos deficientes físicos. Os dados foram analisados em duas etapas: a) análise e compreensão de todas as pesquisas bibliográficas e

documentais feitas sobre o tema; b) análise e compreensão das entrevistas realizadas. A análise teve caráter descritivo, utilizando a análise de conteúdo. Aqui vêm os resultados da entrevista:

Segundo a Dr.^a Gabrielle Andrade Cardoso, Fisioterapeuta, a deficiência motora pode afetar o indivíduo na sua mobilidade, coordenação motora e/ou fala. Com o fundamento nesta pesquisa exploratória elaborou-se uma tabela com alguns tipos de deficiência motora e alguns exemplos de possíveis causas.

Tabela 1 – Tipos de Deficiência Física

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	POSSÍVEIS CAUSAS
MONOPLÉGIA	Paralisia em algum membro do corpo.	Compressão medular
HEMIPLEGIA	Paralisia em algum dos lados do corpo	Lesões cerebrais
PARAPLEGIA	Paralisia da cintura para baixo	Traumatismos, os processos tumorais e as infecções
TETRAPLEGIA	Paralisia do pescoço para baixo	Traumatismo medular
AMPUTAÇÃO	Asencia de um membro do corpo	Deficiência congênita e infecciosa e acidentales.

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a pesquisa realizada, o quadro acima representa as deficiências que mais ocorrem, muitas delas são causadas por doenças congênitas ou acidentes.

3. Universidade Anhembi Morumbi

Estabeleceu-se então que pessoas com deficiência física e motora enfrentam inúmeras dificuldades encontradas no dia a dia, ainda mais num ambiente de uma biblioteca. Para melhor ilustração, se faz necessário tecer o entendimento sobre deficiência motora, explicado por CARVALHO:

Considera-se uma pessoa com deficiência motora, de caráter permanente, ao nível dos membros superiores ou inferiores, quando tiver uma incapacidade igual ou superior a 60% (CARVALHO, 1997). Sendo assim, foi tida como foco de pesquisa a Paraplegia, no decorrer do processo foi avaliado o que poderia ser considerado como um problema que gerasse a autoexclusão destas pessoas, a pesquisa revelou que o fato de ser cadeirante, nem sempre é o maior problema, pois ao longo do tempo há uma aceitação do mesmo, o que realmente incomoda são as dificuldades e a dependência gerada pela mesma. Sendo assim foi identificada a dificuldade de pessoas paraplégicas em visitar uma biblioteca, solucionando o problema de mobilidade, acesso, orientação, assistência e independência. Foi realizado um laboratório, em que um paraplégico se voluntariou para vivenciar a experiência de estar em uma biblioteca que não fosse acessível.

Esta dinâmica foi realizada dentro da biblioteca estudantil da Universidade Anhembi Morumbi, campus Morumbi, onde foram detectados vários problemas. Dentre eles o que mais chamou a atenção foi à questão das prateleiras e a falta de espaço para locomoção. Um ambiente que bem planejado pode ser totalmente acessível.

A altura das prateleiras dificulta não apenas o alcance dos livros, mas também impossibilita o cadeirante a identificar o título, transformando uma atividade tão simples como ir à biblioteca e pegar um livro sem o auxílio de terceiros, algo completamente impossível.

Por mais que a Universidade Anhembi Morumbi tenha um total de dois alunos e possua, rampas de acesso e cadeiras escolares para deficientes físicos a biblioteca ainda não é uma realidade para os mesmos. Para poder fazer algo tão simples quanto poder alugar um livro, eles devem ter o auxílio de terceiros. E em conversa com um desses alunos, percebemos que isso os afeta por inteiro, pois, muitas vezes a única coisa que eles pretendem é uma visita calma a biblioteca, porém nem mesmo, o tráfego entre as prateleiras é possível, pois os espaços entre uma prateleira e outra não foi feita para uma cadeira de rodas.

4. Resultados e Discussões

Ao analisar a dificuldade de um deficiente físico ao visitar a biblioteca, optou-se pela solução do alcance aos livros, projetando uma prateleira que fosse acessível a eles de modo a torná-los independentes.

Ao observarmos as condições de acessibilidade nas bibliotecas nos centros urbanos dos municípios brasileiros, verificamos o quanto na falta para alcançarmos democracia válida e abarcante. Assim, torna-se principalmente necessária quando se refere às pessoas com deficiência, pois a cidadania plena é cotidianamente recusada. A construção de parâmetros para bibliotecas acessíveis tem por ponto de base não somente o cumprimento da legislação vigente, ela envolve as questões sociais e de inclusão. É necessário reunir esforços governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, cabe a cada um de nós, em particular ao Poder Público, construir cidadania, dar sentido e concretude aos instrumentos legais relacionados a esse assunto.

Segundo Pupo (2009, p.52-53) o tema “Acessibilidade” tem sido debatido tanto no Brasil como em todo o mundo a falta de acessibilidade nas bibliotecas parece ser a única vilã; mas a revolução do acesso à Informação proporcionada pelas novas tecnologias e a popularização do acesso à *Web* amplia o escopo e renova o conceito de bibliotecas acessíveis, o que requer comprometimento e ações inclusivas dos profissionais bibliotecários: isso exige mudança de mentalidade e respeito às diferenças. A publicação do livro “Bibliotecas acessíveis para todos”, do Ministério da Saúde, Política Social e Igualdade, da Espanha, além da contribuição inquestionável ao tema, traz a seguinte reflexão: “Durante muito tempo, a deficiência esteve vinculada a aspectos médicos”. Atualmente, o termo “deficiência” é precedido por outro, mais importante: “pessoa”. (ESPANHA, 2011, p.14).

Entendendo justiça como objetivo maior da democracia, e justiça social como aspiração do mundo contemporâneo, lutar pelo direito de acessibilidade é construir cidadania em especial às pessoas com deficiência. Refletir sobre a acessibilidade significa discutir cidadania, inclusão social, democracia inclusiva, igualdade social, justiça de fato e reconhecimento e respeito às diferenças. As condições de acessibilidade arquitetônica para as pessoas com deficiência estabelecem uma porta provável para que o processo de inclusão social dessas pessoas aconteça.

5. Considerações Finais

Ao analisar as diversas dificuldades de um cadeirante ao visitar a biblioteca, optou-se pela solução do alcance aos livros, projetando uma prateleira que fosse acessível a eles de modo a torna-los independentes. A construção de parâmetros para bibliotecas acessíveis deve ter por ponto de base não somente o cumprimento da legislação vigente, ela envolve questões sociais e de inclusão. A revisão da legislação tem por finalidade nortear as ações inclusivas, explicitadas principalmente pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009); trata-se de um documento elaborado por vários países signatários, com intensa discussão, envolvimento de diversos grupos que estudam as questões de acessibilidade e de direitos das pessoas com deficiência, inclusive nos espaços públicos.

Ao observar as condições de acessibilidade nas bibliotecas nos centros urbanos os municípios brasileiros, foi verificado o quanto na falta para alcançarmos democracia válida e abarcante. Assim, torna-se principalmente necessária quando se refere às pessoas com deficiência, pois a cidadania plena é cotidianamente recusada.

É necessário reunir esforços governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, cabe a cada um de nós, em particular ao Poder Público, construir cidadania, dar sentido e concretude aos instrumentos legais relacionados a esse assunto.

Como sugestão de estudos futuros, é necessário ampliar as referências e a análise dos resultados de cunho quantitativo e de múltiplos casos, e ampliar a análise dos resultados e das referências nesse setor, para que os profissionais e gestores da área tenham mais clareza sobre novos conceitos na área.

Entendendo justiça como objetivo maior da democracia, e justiça social como aspiração do mundo contemporâneo, lutar pelo direito de acessibilidade é construir cidadania em especial às pessoas com deficiência. Refletir sobre a acessibilidade significa discutir cidadania, inclusão social, democracia inclusiva, igualdade social, justiça de fato e reconhecimento e respeito às diferenças.

As condições de acessibilidade arquitetônica para as pessoas com deficiência estabelecem uma porta provável para que o processo de inclusão social dessas pessoas aconteça. Porquanto a sua falta impede que esses indivíduos tenham acesso, permaneçam e também utilizem com autonomia, segurança e comodidade dos vários bens produzidos historicamente. Contudo, a sociedade inclusiva e a cidade inclusiva infelizmente ainda são

possibilidades e não uma realidade se trata de um ideal a ser perseguido. O objetivo desse Artigo, além das determinações das soluções das prateleiras, era também a conscientização da inclusão social de deficientes físicos, que mesmo sendo o tema abordado por diferentes vertentes, ainda assim, não foi visto como prioridade.

Concluiu-se, que uma das exclusões mais ocorrentes com deficientes seria então em uma biblioteca, pois os mesmos não teriam acesso independente, a solução para seria então a criação de uma prateleira acessível, aonde o cadeirante, teria a possibilidade de fazer algo tão simples quanto pegar um livro, de maneira independente. Destaca-se que as bibliotecas são, antes de tudo, espaços de informação, e estes espaços são privilegiados em termos de visibilidade, de forma que se adéquam à inserção de elementos que devam facilitar a acessibilidade á informação e conhecimento.

A despeito das limitações da pesquisa, por se tratar de um caso único, não possibilitando a comparação com outras empresas a fim de identificar as semelhanças e diferenças existentes, o esforço da investigação permitiu identificar configurações da gestão de projetos de inovação utilizados em uma empresa inovadora, abrindo espaço para futuras pesquisas.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao. Acesso em 05 de outubro de 2012.

CAMARGO, A. L. Chaves. Culpabilidade e Reprovação penal. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

ESPANHA. Bibliotecas accesibles para todos: pautas para acercar las bibliotecas a las personas con discapacidad y a las personas mayores. 2. ed. Madrid: Ministerio de Sanidad, Política Social e

Igualdad, 2011. Disponível em: <<http://www.ceapat.es/InterPresent2/groups/imserso/documents/binario/33010bibiotacc2011>

.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GONZALES, Juliana. Biblioteca Acessível: serviços de informação para usuários com deficiência. Disponível: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=4602>. Acesso em 14 de março de 2014

NONATO, Domingos do Nascimento, Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. Orbis: Orbis: Revista Científica Volume 2, n.2 ISSN 2178-4809 Latindex Folio, 2011. Disponível em <http://www.cesrei.com.br/ojs/index.Php/orbis/article/viewFile/63/41>.

Acesso em 14 de março de 2014.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. São Paulo: Saraiva, 2002.

TANOUE, O Direito de ir e vir – Acessibilidade dos espaços de circulação do centro de São Paulo.

[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes_](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes/_artigos/vizioli_peres_14.pdf)
[_artigos/vizioli_peres_14.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Publicacoes/_artigos/vizioli_peres_14.pdf) 19/03/14

BARROS, Jussara. Inclusão Social. Portal Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso em: 24/5/2014

SASSKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1998

Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com deficiência, IBDD. 2008 <http://www.ibdd.org.br>. Acesso em 15 de março de 2014.

PUPO, D. T. Biblioteca acessível. In: MANTOAN, M. T.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Org.).

Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso. Campinas, SP: Unicamp, 2009. p. 53-76.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradutor: Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205p.

LIMA, Manolita Correia. Monografia: A engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004. 210 p.